

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA
INTERNA**



**A AÇÃO E INTERVENÇÃO DOS POLÍCIAS QUE INTEGRAM AS EQUIPAS DO
PROGRAMA ESCOLA SEGURA: CONTRIBUTOS PARA A PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA
JUVENIL EM AMBIENTE ESCOLAR**

**Trabalho Individual Final
4.º Curso de Comando e Direção Policial**

**Autor: Maria Amélia da Costa Moutinho
Comissário, M/136856**

Porto, 12 de Novembro de 2021



RESUMO

A ação e intervenção dos Polícias que integram as Equipas do Programa Escola Segura (EPES) encontram-se intimamente relacionadas com um modelo de proximidade vocacionado para a prevenção da delinquência juvenil nas escolas.

O desenvolvimento das várias atividades, que incluem a realização de ações de sensibilização e outras intervenções com base numa política de educação para a segurança em meio escolar, exigem a dedicação e empenho na persecução de tão nobre missão.

O presente estudo visou analisar a relevância das ações e intervenções desenvolvidas pelos polícias das Equipas da Escola Segura junto das escolas e, consequentemente, o seu contributo para a prevenção da delinquência juvenil.

Nesta sequência, procedeu-se à aplicação de inquéritos por questionário aos membros dos Agrupamentos de Escolas agrupadas e não agrupadas e Diretores/Coordenadores das Escolas EB2/3 da área das Divisões Integradas do Comando Metropolitano da PSP do Porto, que integram a amostra do estudo.

Esta investigação confirma a relevância do papel dos polícias que integram as EPES e a valorização da sua atividade, contributo e colaboração na prevenção da delinquência juvenil, percecionadas pelas Instituições Escolares como muito importante.

Deste estudo surgiram algumas sugestões indicadas pelas Instituições Escolares que podem constituir-se como mais-valia para a Organização - PSP.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Segura; Delinquência Juvenil; Polícias; Prevenção; Proximidade.

ABSTRACT

The action and intervention of the Police that constitute the Schools Safe Program Teams (EPES) are closely related to a proximity model aimed at preventing juvenile delinquency in schools.

The development of various activities, which include carrying out of awareness actions and other interventions based on a policy of education for safety in the school environment, requires dedication and commitment in the pursuit of such a noble mission.

This study aimed to assess the relevance of the actions and interventions developed by the Police of the Escola Segura Teams at the schools and, consequently, their contribution to the prevention of juvenile delinquency.

In this sequence, a questionnaire was applied to the members of the Group of Schools, grouped and not grouped, and Directors/Coordinators of Schools EB2/3 inside the Integrated Divisions of the Porto Police Metropolitan Command, who are part of the study sample.

This investigation confirms the relevance of the role of the police that integrate the incorporate SSPT (EPES), the valorisation of their activity, contribution, and collaboration in the prevention of juvenile delinquency, perceived by School Institutions as very important.

From this study emerged some suggestions indicated by the Schools that may be of benefit for the Organization – (PSP).

KEYWORDS: Safe School; Juvenile Delinquency; Police; Prevention; Proximity.

ÍNDICE

RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
INTRODUÇÃO.....	1
MÉTODO	7
Hipóteses de Investigação.....	7
Participantes.....	8
Instrumentos.....	8
Estrutura do questionário	8
Procedimento.....	9
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	10
CONCLUSÕES.....	21
BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS.....	25
Teses e Dissertações	26
Legislação	27
ANEXOS	28
Anexo A – Figuras.....	29
Anexo B – Tabelas.....	32
Anexo C – Tabelas de frequência e percentagens extraídas do <i>software</i> SPSS ..	34
APÊNDICES	47
Apêndice A – Declaração – 4º Curso de Comando e Direção Policial.....	48
Apêndice B - Carta de Apresentação	49
Apêndice C – Termo de Consentimento Informado	50
Apêndice D – Inquérito por questionário	51

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

COMETPOR – Comando Metropolitano da Polícia de Segurança Pública do Porto

CCDP - Curso de Comando e Direção Policial

EPES – Equipas Programa Escola Segura

GNR – Guarda Nacional Republicana

GQ – Gabinete da Qualidade

LTE - Lei Tutelar Educativa

MAI – Ministério da Administração Interna

ME – Ministério da Educação

MIPP – Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade

NO – Núcleo de Operações

PES – Programa Escola Segura

PIPP – Programa Integrado de Policiamento de Proximidade

PSP – Polícia de Segurança Pública

SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*

TIF – Trabalho Individual Final

INTRODUÇÃO

A delinquência juvenil, a conduta antissocial e a violência têm sido objeto de uma crescente preocupação nas sociedades modernas em geral, e no nosso país, em particular. As manifestações dessa preocupação são visíveis quer na frequência com que o assunto é noticiado, quer pelo manifesto aumento desses comportamentos. Merecedor de destaque pelos *média*, a “figura do jovem delinquente” propicia sentimentos de insegurança (Machado, 2004) que contribuem para uma demarcada intolerância social perante comportamentos transgressivos realizados por jovens (Carvalho, 2000).

Consideramos a delinquência juvenil como um conceito que abrange uma variedade de comportamentos, realizados por crianças ou adolescentes, considerados ilícitos pelo sistema judicial, aos quais serão aplicados diferentes tipos de sanções (Campos, 1990). Segundo o autor, esta definição subentende que um comportamento apenas é considerado delinquente quando o praticante é alvo de intervenção judicial e punido, podendo tais comportamentos discernir-se na sua gravidade e/ou frequência. Priuli e Moraes (2007), definem delinquência juvenil como todos os factos qualificados como crime, praticados durante a infância e adolescência, que expressam a inadaptação do indivíduo à sociedade. Ainda de acordo com Negreiros (2008), a delinquência juvenil pode ter definições diferentes, tendo em conta a área a que se dirige, nomeadamente, área legal, sociológica ou psiquiátrica/psicológica.

Em alguns estudos, a delinquência juvenil é considerada como o resultado de problemas na vinculação social do jovem com a família e instituições como a escola, entre outras, sendo que o comportamento delinquente está associado ao maior ou menor controlo destas instituições (Carvalho & Gomide, 2005). Na perspetiva de Silva e Hutz (2002), o adolescente delinquente tende a apresentar dificuldade ao nível escolar, particularmente ao nível dos resultados e nem sempre existe preparação por parte dos professores para lidar com estes alunos, levando, por vezes, à sua exclusão. Lemos (2007), refere que a falta de investimento escolar e o insucesso escolar também são vistos como fatores de risco. Igualmente para Pral (2007), a difícil adaptação ao meio escolar, o défice na aprendizagem, o rendimento escolar frágil, o absentismo e os problemas disciplinares são potenciadores do comportamento delinquente.

Por outro lado, a literatura aponta para os fatores de proteção divididos por Gramezy (como citado em Chitas, 2010) em: fatores de proteção individuais, familiares,

escolares e sociais. A nível individual podemos encontrar competências sociais e relacionais positivas, um funcionamento intelectual elevado e um temperamento resiliente, ou seja, características e recursos individuais do jovem (e.g.: autoestima, autonomia, entre outros). Como fatores de proteção familiares, Ferreira (1997) indica a supervisão familiar, a identificação com os progenitores, a comunicação fluida e íntima entre a família, laços familiares fortalecidos e a desaprovação parental perante os comportamentos delinquentes.

Diversas pesquisas têm apontado também a escola como fator de proteção para o comportamento infrator, demonstrando que a frequência escolar pode reduzir a severidade do ato infracional e que é importante acolher estes adolescentes no sistema educacional ao invés de expulsá-los (Gallo & Williams, 2008).

A escola constitui-se como um lugar privilegiado para o desenvolvimento dos alunos (Costa & Vale, 1998), desempenhando um papel crucial no processo de socialização dos jovens por promover aprendizagens e desenvolver competências sociais imprescindíveis para o saber estar em sociedade. Às escolas é, pois, reservado um papel na deteção de situações de risco (Carvalho, 2000), bem como, na intervenção, atuando de forma preventiva pelo envolvimento do jovem em atividades que inibam o início do caminho da delinquência (Carvalho, 2014).

Neste âmbito, a prevenção é uma tarefa que envolve toda a comunidade, e é neste sentido que se direcionam as políticas interventivas. *“As políticas de segurança e as instituições cujas atribuições é manter e assegurar a segurança estão confrontadas, hoje em dia, com novos paradigmas, designadamente o paradigma da prevenção, da mediação, da proximidade e das parcerias”* (Oliveira, 2006, p.79).

Esta problemática requer das forças policiais enorme empenho, no que alude à garantia da segurança e proteção dos jovens, pelo que, a prevenção, ocupa um lugar cimeiro neste domínio e, tal como refere Oliveira (2006, p.79) *“Podemos defini-la como o conjunto de medidas, cuja intenção é minimizar as infracções (a sua frequência, a sua gravidade e as suas consequências), sejam de natureza criminal ou outras e, sobretudo, quando ocorram antes da prática do acto delinquente”*.

Em termos jurídicos o artigo 19º do Código Penal estabelece a inimputabilidade aos 16 anos de idade. A Lei Tutelar Educativa (LTE 166/99, de 14 de setembro) estabelece no seu art.º 1º, a aplicação de Medidas Tutelares Educativas (art.º4.º LTE), aos menores com

idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos de idade e a Lei da Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei 147/99, de 1 de setembro) alterada e republicada pela Lei n.º 26/2018, de 5 de julho, visa a promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em perigo (art.º 1º). Estabelece ainda, no art.º 4º, os princípios orientadores de intervenção, também subjacentes a toda a intervenção das EPES, especificamente os princípios da privacidade e intervenção precoce.

Destaco ainda, a Lei 46/86, 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo, que estabelece o quadro geral do Sistema Educativo e a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro que aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar e evidencia o papel das Direções dos agrupamentos e escolas não agrupadas na denúncia de comportamentos que possam constituir a prática de crime, promovendo todas as diligências necessárias à sua resolução (art.º 38º). Estabelece ainda a possibilidade da solicitação e colaboração das entidades competentes, públicas, privadas ou sociais (art.º 47º. n.º 2) e atribui a toda a comunidade educativa, incluindo os pais, especial responsabilidade no âmbito da educação e formação dos seus educandos (art.º 43º n.º 1).

A questão da prevenção da delinquência juvenil tem-se revelado uma das prioridades das Políticas Sociais dos Estados Democráticos atuais. Foi precisamente no âmbito dos esforços de aproximação dos polícias aos cidadãos e do combate às problemáticas criminais que surgiu a necessidade da implementação de novos modelos de Policiamento, a Proximidade transforma-se numa máxima a prosseguir.

Neste intuito, em agosto de 1992, foi estabelecido um protocolo conjunto entre o Ministério da Administração Interna (MAI) e o Ministério da Educação (ME) visando a prevenção da criminalidade, a segurança nos estabelecimentos escolares e nas suas imediações. Estes princípios assentam no conceito de proximidade, visibilidade e no reforço de laços entre a comunidade escolar e as forças de segurança. Assiste-se a uma alteração de ideologias *“Uma visão policial prospetiva e estratégica, que ataca as raízes dos problemas em vez de enfrentar as suas consequências mais visíveis.”* (Poiares, 2013, p.65).

Em 2006 foi implementado o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (designado inicialmente de PIPP) em conformidade com a Diretiva Estratégica n.º. 10/2006, de 15 de maio, passando, em 2010 (Ofício da DN/UOOS/DO n.º OP7822, de 12 de julho), após ligeira reformulação da designação inicial, a designar-se Modelo Integrado de

Policiamento de Proximidade (MIPP), o qual esteve na base da implementação em Portugal, na área da responsabilidade da PSP, de programas orientados para públicos específicos, dos quais destacamos o Programa Escola Segura (PES).

O Despacho nº. 8927/2017¹, de 10 de Outubro, Regulamento da Escola Segura define as diretrizes do Programa e procede à sua caracterização e abrangência, ao incluir na sua esfera os estabelecimentos de ensino, públicos, privados e cooperativos à exceção dos estabelecimentos de ensino superior. Estabelece objetivos prioritários, entre os quais, a prevenção, diagnóstico e intervenção quando necessária, a promoção em parceria coordenada da realização de ações de sensibilização e formação alusivas à prevenção e segurança em meio escolar (art.º 3º).

A ação e intervenção desenvolvidas pelos polícias que integram as EPES designados por Agentes de Proximidade abrangem várias dimensões, que passam pelo policiamento de proximidade e visibilidade junto às escolas e suas imediações, incluindo os percursos percorridos pelos alunos de casa para a escola e vice-versa.

As EPES são constituídas por polícias pertencentes às subunidades policiais, dotadas de meios auto para o efeito que são desde logo identificados, de modo generalizado, pela população, como afirma Poiares (2013) *“São poucos os portugueses que estes anos, não repararam já, por todo o país, nas viaturas (...) azuis da escola segura. As comunidades escolares e as famílias habituaram-se a contar com a proteção acrescida que essa marca identifica”* (Poiares, 2013.p. 63 cita Costa, s/d:51).

As EPES exercem um papel fundamental para evitar ou minorar os efeitos de determinados comportamentos - o consumo de estupefacientes, fenómenos de violência física entre outros fenómenos de cariz criminal – e procuram intervir nas causas e nas oportunidades da sua ocorrência. Conhecem bem os horários de entrada e saída dos alunos das escolas situadas nas respetivas áreas de responsabilidade, as Direções das Escolas, para além de outras entidades envolvidas (Autarquias, Juntas de Freguesia, Associações e Entidades relacionadas com a infância e juventude) com quem reúnem frequentemente e partilham informação relevante para a sua missão.

¹ O PES teve outros despachos anteriores a este de 2017, sendo que o atual regulamento do PES resulta da adaptação às circunstâncias e realidades vividas em cada momento.

No início de cada ano letivo, elaboram ou atualizam o “diagnóstico da situação de segurança” dos estabelecimentos escolares e respetivas imediações, assinalando todas as situações que possam provocar (in)segurança, encaminhando para as entidades competentes as irregularidades identificadas.

A sua ação e intervenção passam ainda, pelo investimento alicerçado numa educação para a segurança, através da realização de ações de sensibilização grupal junto da comunidade escolar, por um lado, e de contactos individuais de prevenção, por outro lado, visando a prevenção da ocorrência de comportamentos de risco e o cumprimento de normas e regras instituídas.

Sendo a atividade exercida pelas EPES um dos aspetos evidenciados neste estudo, importa apresentar as ações e intervenções desenvolvidas nos três anos letivos de 2018 a 2021 nas escolas sitas nas áreas das Divisões Integradas - Concelho do Porto, que permitem perceber de modo objetivo o volume processual e outras relevantes características a ter em consideração, designadamente os que se enumeram de seguida, considerando os dados disponibilizados pelo COMETPOR que se encontram plasmados nas Figuras numeradas de 1 a 4 do Anexo A e nas Tabelas numeradas de 1 a 4 do Anexo B:

- Figura 1 e Figura 2: no período referido foram realizadas 2200 Ações de Sensibilização Grupal, constatando-se que correspondem a 33,36% do total das ações desenvolvidas pelo COMETPOR (n=6594);
- Figura 3: apresenta, no período acima mencionado, os resultados anuais do público-alvo abrangido nestas ações (alunos e restantes membros da comunidade educativa, pais, assistentes operacionais e professores), num total de 41 466 participantes;
- Figura 4: apresenta o número de Ocorrências Criminais Registadas (n=483), realçando-se o crime de ofensas corporais (41%);
- Tabela 1: foram realizadas (n= 2200) Ações de Sensibilização efetuadas versus Temáticas Abordadas, sendo que 42,05% (n= 925) das ações realizadas estão mais direcionadas para a prevenção da delinquência juvenil;
- Tabela 2: são especificadas a totalidade de Ações de Sensibilização versus Comunidade Escolar Abrangida, por anos letivos.

- Tabela 3: número de sinalizações/ participações de crianças e jovens em perigo ou risco, tendo-se verificado a elaboração de um total de 386 Fichas de Sinalização. É também uma incumbência que lhes está atribuída, sempre que detetadas estas situações, procedem ao encaminhamento, quer dos autores, quer das vítimas associadas.
- Tabela 4: Foram realizadas 950 Ações de Contactos Individuais, contactos de pro-atividade, que visam a promoção de atitudes e comportamentos de segurança no cidadão, consubstanciados na “gestão de casos concretos” ou a “sensibilização de grupos alvo”.

Reportadas as ações e intervenções que as EPES desenvolvem, permite-nos visualizar a abrangência das suas tarefas, importando-nos aferir qual a relevância do seu papel e do seu contributo para a prevenção da delinquência juvenil junto das Instituições Escolares. A importância deste trabalho reside na necessidade de perceber o que pensam os representantes das Instituições Escolares acerca das ações/intervenções desenvolvidas pelas EPES, pois, a avaliação contínua das atividades exercidas não poderá limitar-se aos dados estatísticos registados, sendo fundamental complementá-los com informação relativa às perceções dos utentes da intervenção policial neste domínio.

Neste sentido, foi estabelecido como objetivo geral do presente estudo compreender a relevância atribuída pelas Instituições Escolares à Ação das EPES na implementação das medidas inerentes ao Programa Escola Segura e o seu contributo para a prevenção da delinquência juvenil em contexto escolar.

Foram ainda estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as ações desenvolvidas pelas EPES nas práticas de intervenção;
- Percecionar a relevância do papel das EPES na implementação das medidas da Escola Segura junto das Instituições Escolares;
- Percecionar em que medida as ações desenvolvidas pelas EPES, contribuem para a Prevenção da Delinquência Juvenil segundo as Instituições Escolares.

Atento à realidade que pretendemos estudar procuramos dar resposta à seguinte questão de partida: qual a relevância atribuída pelas Instituições Escolares ao papel e contributos da Ação/Intervenção das EPES para a prevenção da Delinquência Juvenil?

MÉTODO

Na presente investigação privilegiou-se a utilização de um método quantitativo, com o intuito de explicar, predizer e controlar os fenómenos, procurando regularidades e leis, através da objetividade dos procedimentos e da quantificação das medidas (Almeida & Freire, 2000).

A abordagem quantitativa direciona-se para a comprovação/confirmação dos resultados com base numa medição rigorosa e controlada. Segundo Almeida e Freire (2000), o método quantitativo fundamenta-se num conjunto de preposições gerais e interrelacionadas (inferidas a partir da literatura), transformando as mesmas em hipóteses verificáveis empiricamente.

Optou-se pela aplicação de questionários de escolha múltipla, dirigidos ao público-alvo constituinte da amostra em estudo, nomeadamente, membros da Direção de Agrupamentos e Diretor/Coordenador das Escolas EB 2/3, públicas agrupadas e não agrupadas situadas nas áreas das Divisões integradas do COMETPOR, os quais visaram “a verificação de hipóteses teóricas” (Campenhoudt, L. V., Marquet, J., & Quivy, R. (2017).p.183)

Hipóteses de Investigação

Na sequência da questão de partida formulada, foram estabelecidas as seguintes Hipóteses:

H01 – O papel desempenhado pelos Polícias EPES na implementação das medidas inerentes ao PES é relevante para as Instituições Escolares;

H02 – As Ações de Sensibilização Grupais desenvolvidas acompanham os fenómenos atuais e correspondem às expectativas das Instituições Escolares;

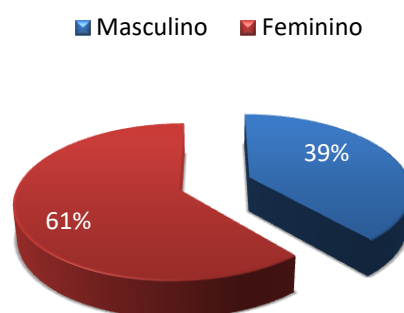
H03 – As Instituições Escolares atribuem relevância ao contributo das Ações de Sensibilização Grupais/Intervenções desenvolvidas pelas EPES para a Prevenção da Delinquência Juvenil.

Participantes

A amostra selecionada neste estudo é constituída pelos representantes da Direção dos Agrupamentos e Direção/Coordenadores das Escolas EB 2/3, existentes na área de jurisdição das Divisões Integradas do COMETPOR. Dos 31 indivíduos que integram a nossa amostra, 11 são membros da Direção de Agrupamento e 20 Diretores/Coordenadores das Escolas, com idades compreendidas entre os 39 e 64 anos de idade (média= 54,55, DP =7,19, tabela 5 Anexo C), sendo que 19 (61,3%) dos indivíduos são do género feminino e 12 (38,7%) do género masculino (Figura 5).

Figura 5

Distribuição da amostra por género



Instrumentos

Estrutura do questionário

De acordo com Reis (2010, p. 91), os questionários são uma técnica de observação que permite obter informações através de uma série ordenada de questões. Respondidos por escrito permitem recolher e agregar opiniões, avaliar as atitudes, podendo ainda ajudar à recolha de outras informações.

Concebemos um questionário original que servisse os objetivos da presente investigação, tendo por base a informação estatística fornecida pelo COMETPOR. Procedeu-se à análise das ações e intervenções desenvolvidas pelos Agentes afetos às EPES, junto das instituições escolares, incluindo a perceção das temáticas abordadas nos

últimos três anos. Para chegarmos à validação final do questionário a aplicar, foram efetuados diversos experimentos ao nível do seu conteúdo e dos conceitos utilizados.

Assim, elaborou-se um questionário em língua portuguesa (Apêndice D) com 14 questões, 12 das quais são de resposta fechada e 2 de resposta aberta. Optou-se, maioritariamente, por perguntas fechadas por permitirem respostas mais objetivas, sendo na sua maioria cotadas numa escala de *Likert*, de 1 a 5, em que 1 significa “muito insatisfeito e o 5 satisfeitíssimo, existem também as opções nada importante / importantíssimo, nada satisfatórias / totalmente satisfatórias e muito pouco / muitíssimo. Acrescentaram-se ainda, as questões de idade e género do inquirido, identificação do Agrupamento e Escola.

Procedimento

Após autorização de acesso aos dados estatísticos em referência e aplicação do questionário, foi articulado com os respetivos Agrupamentos e Escolas, a entrega do questionário em envelope fechado, acompanhados Carta de Apresentação (Apêndice B), de Termo de Consentimento Informado (Apêndice C) e sendo posteriormente recolhidos no local, no intervalo do tempo compreendido entre 7 de outubro a 22 de outubro do corrente ano. Á posteriori foi realizada a análise estatística dos dados recolhidos, com recurso ao programa de tratamento estatístico de dados SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 27.0, com o qual se efetuaram análises descritivas, especificamente tabelas de frequências e percentagens (Anexo C). Foi igualmente utilizado o *Microsoft Excel* para obtenção dos gráficos. O tratamento dos dados e a apresentação dos resultados foi realizado de acordo com os objetivos por nós colocados.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para facilitar a leitura, os resultados dos questionários são apresentados na sequência das questões apresentadas no questionário.

As primeiras questões (1 e 2) referem-se à caracterização da amostra em estudo.

Questão 3 – “Qual a importância que tem para a Instituição Escolar, o papel dos polícias afetos ao Programa Escola Segura?”

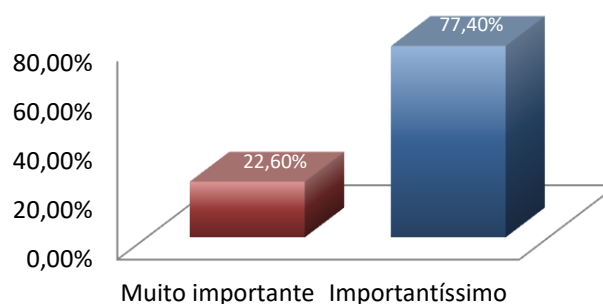
Quando questionados sobre a importância do papel dos polícias afetos às EPES para a instituição escolar 77,4% dos participantes (n=24), consideram ter um papel importantíssimo e 22,6% (n=7) muito importante (Figura 6).

Os dados revelam reconhecimento da população em apreço, tal como refere Poiares (2013)

Neste sentido surge o papel dos polícias, inseridos numa sociedade com relações cada vez mais complexas, e por isso também eles devem estar preparados e aprender e adaptar-se, procurando corresponder às expectativas dos seus clientes, através de um trabalho de imagem e qualidade da oferta, promovendo os seus serviços para que, acima de tudo, a sociedade tenha uma representação positiva das atividades que desempenham, e, conseqüentemente da sua profissão.
(p. 22)

Figura 6

Importância do Papel das EPES



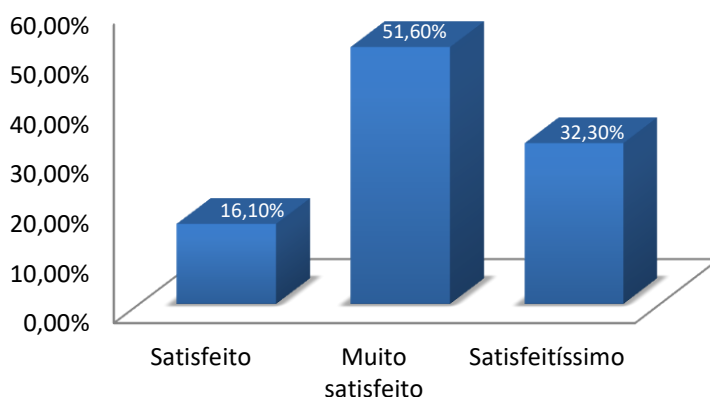
Questão 4 – “Como avalia o seu grau de satisfação com a prestação dos efetivos integrados no Programa Escola Segura na resolução dos problemas que surgem na Escola?”

Verificamos que o grau de satisfação dos participantes com as EPES na resolução de problemas que surgem na escola varia de satisfeito (16,10%) a satisfeitíssimo (32,3%), sendo que 51,6% encontram-se muito satisfeitos (Figura 7).

Assim, concluímos que os participantes apresentam um elevado grau de satisfação com a prestação das EPES, na resolução dos problemas que ocorrem nas escolas.

Figura 7

Grau de satisfação com a prestação das EPES



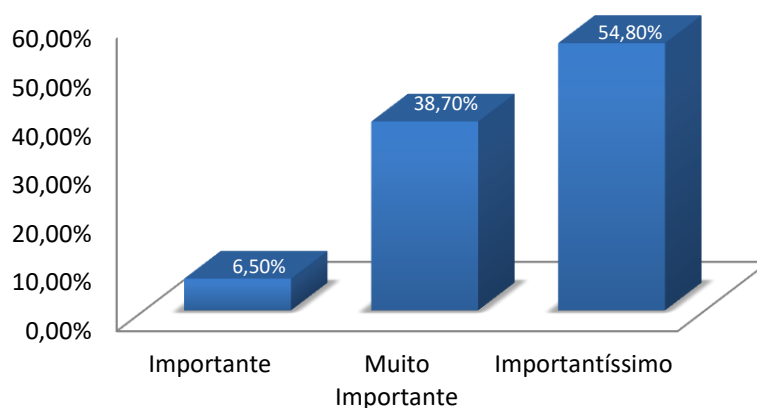
Questão 5 – “Qual a importância da interação estabelecida entre os Polícias afetos ao Programa Escola Segura e os alunos da escola?”

No estudo efetuado sobre a perceção da importância da interação entre os elementos das EPES e os alunos, verifica-se um padrão heterogéneo das avaliações efetuadas, sendo de destacar que 93,5% dos participantes avaliam com o grau superior a 4 numa escala de 1 a 5.

Em média, 54,8% (n=17) dos participantes consideram esta interação importantíssima, 38,7% (n=12) muito importante e 6,5% (n= 2) importante (Figura 8). Tendo presente os resultados obtidos nas questões 3, 4 e 5, podemos confirmar que, na opinião dos participantes, o papel desempenhado pelas EPES no âmbito da implementação das medidas inerentes ao PES assume, de facto, um papel relevante para as Instituições Escolares.

Figura 8

Importância da Interação das EPES com os Alunos.



Questão 6 – “As Ações de sensibilização desenvolvidas encontram-se enquadradas e acompanham os fenómenos atuais?”

Questão 7 – “Como avalia as Ações de sensibilização efetuadas?”

No que concerne às ações de sensibilização foram avaliadas muito positivamente. A totalidade dos inquiridos considera que as ações de sensibilização desenvolvidas pelas EPES encontram-se enquadradas e acompanham os fenómenos sociais atuais (Figura 9).

No que diz respeito às ações de sensibilização efetuadas, a correspondência dos conteúdos alusivos às ações de sensibilização grupal adequa-se maioritariamente às expectativas dos participantes, de forma muito satisfatória, 64,5% (n= 20) dos participantes consideram estas ações muito satisfatórias, 22,6% (n= 7) totalmente satisfatórias e 12,9% (n= 4) satisfatórias (Figura 10).

A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipes do Programa Escola Segura: contributos para a prevenção da Delinquência Juvenil em ambiente escolar

Figura 9

As Ações de Sensibilização Acompanham os Fenómenos Atuais

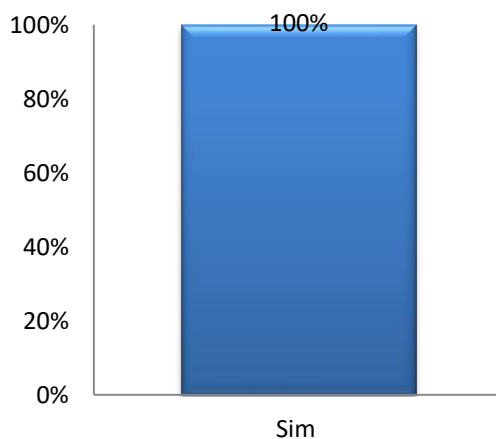
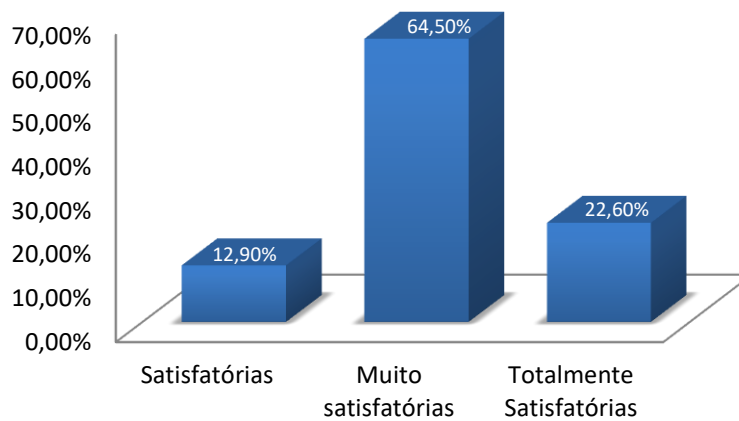


Figura 10

Avaliação das Ações de Sensibilização efetuadas pelas EPES



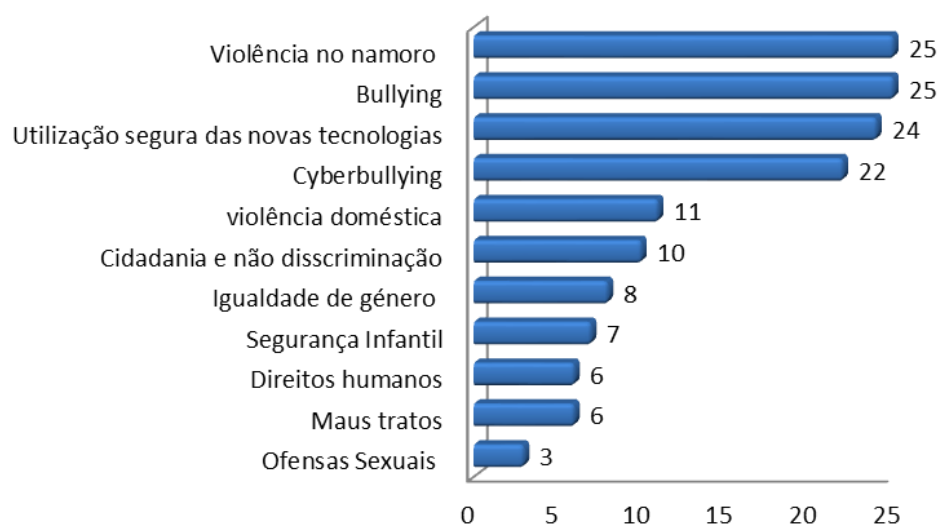
Questão 8 - “Quais as Ações desenvolvidas pelo efetivo adstrito ao Programa Escola Segura (EPES) que considera mais relevantes, no âmbito da prevenção da delinquência juvenil em contexto escolar?”

As ações consideradas mais relevantes no âmbito da prevenção da delinquência juvenil e, tendo presente que os participantes podiam selecionar mais do que uma opção de resposta, verificamos que as ações mais relevantes por ordem decrescente de resposta foram: *bullying* e violência no namoro 80,6% (n=25), utilização segura de Novas Tecnologias 77,4% (n=24), *cyberbullying* 71% (n=22), violência doméstica 35,5% (n=11), igualdade de género 25,8% (n=8), segurança infantil 22,6% (n=7), cidadania e não discriminação 32,3% (n= 10), direitos humanos e maus tratos 19,4% (n=6), e ofensas sexuais 9,7% (n=3).

Pese embora os resultados obtidos nos inquéritos que evidenciam as necessidades sentidas pelas Instituições Escolares, não podemos deixar de referir as ações de sensibilização grupais de maior relevo desenvolvidas pelas EPES no período 2018-2021: (n=244) *Bullying*; (n=112) Violência no Namoro; (n=163) Utilização Segura das Novas Tecnologias e (n=60) *Cyberbullying* (Figura 11).

Figura 11

Ações mais Relevantes desenvolvidas pelas EPES



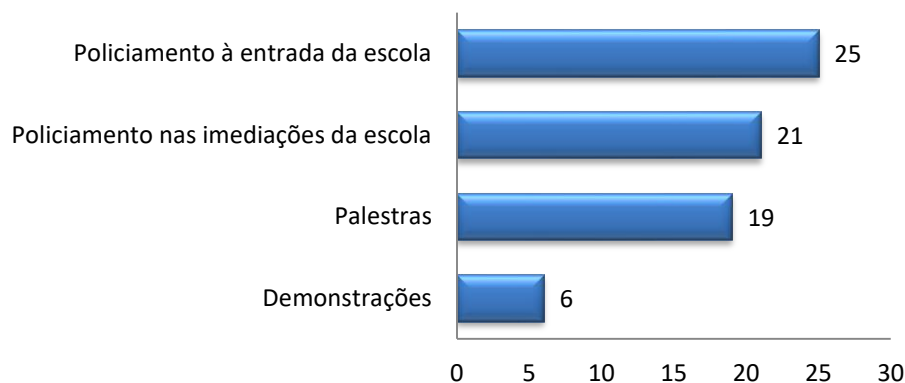
Questão 9 - “Que outras intervenções efetuadas pelos Polícias afetos ao Programa Escola Segura (EPES), têm ocorrido na instituição Escolar, no âmbito da prevenção da Delinquência Juvenil?”

Quando questionados sobre que outras ações das EPES têm ocorrido na instituição escolar, verificamos que o policiamento à entrada da escola foi referido por 80,6% (n= 25) dos participantes; o policiamento nas imediações da escola por 67,7% (n= 21), as palestras por 61,3% (n=19) e as demonstrações por 19,4% (n=6) (Figura 12).

Estes dados revelam que as Instituições Escolares sentem a necessidade de contar cada vez mais com a presença policial, para se sentirem seguros e mais protegidos remetendo-nos para a importância da presença policial assídua nas escolas, o que poderá ser tido em consideração em termos operacionais.

Figura 12

Outras intervenções realizadas pelas EPES para a Prevenção da Delinquência



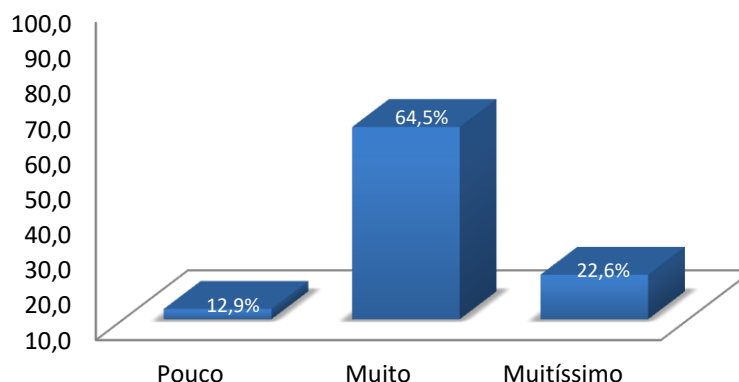
Questão 10 - “As Ações/Intervenções que têm sido desenvolvidas têm impacto relevante na comunidade escolar, em termos de incremento da prevenção da Delinquência Juvenil?”

A análise dos dados obtidos revela que 64,5% (n=20) dos participantes consideram que as ações e intervenções desenvolvidas pelas EPES têm muito impacto ao nível da prevenção da delinquência juvenil, 22,6% (n=7) dos participantes consideram que as ações têm muitíssimo impacto e apenas 12,9% (n=4) consideram que estas medidas surtem pouco impacto (Figura 13).

Estes resultados revelam a importância da ação das EPES não só para identificar os fenómenos da delinquência como também para criar estratégias de ação para os combater.

Figura 13

Avaliação do Impacto das Ações/Intervenções das EPES na Prevenção da Delinquência Juvenil



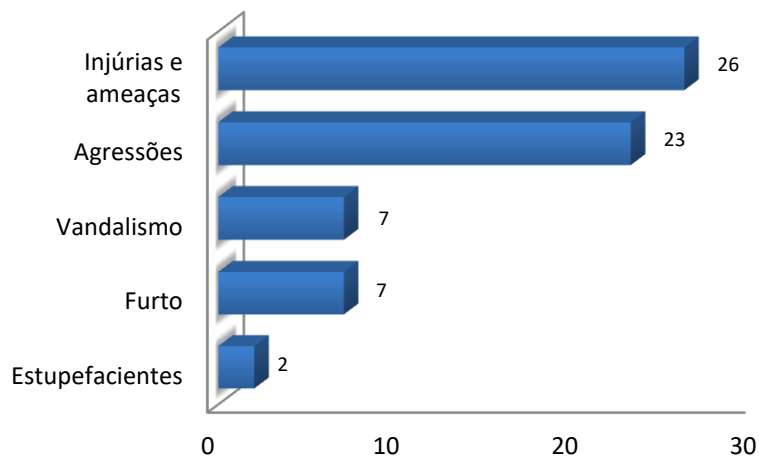
Questão 11 - “Indique os problemas que se têm levantado com mais frequência no contexto escolar relacionados com delinquência juvenil”.

De acordo com as respostas, os problemas relacionados com a delinquência juvenil ocorridos com mais frequência no contexto escolar, são as injúrias e ameaças 83,9% (n=26), agressões 74,2%, (n=23), furto e vandalismo 22,6% (n=7) e uso de estupefacientes 6,5% (n=2) (Figura 14).

Estabelecendo uma comparação com as ocorrências registadas pelas EPES, constatamos que as Injúrias e Ameaças correspondem a 32% das ocorrências enquanto as agressões correspondem a 41% (Figura 4 em Anexo A). Estes resultados permitem aferir que muitas destas ocorrências possivelmente não são denunciadas, mas antes tratadas internamente (por psicólogos, assistentes sociais e/ou outros profissionais).

Figura14

Frequência dos Problemas Relacionados com a Delinquência Juvenil



Questão 12 - “Relativamente às Ações empreendidas no âmbito do Programa Escola Segura, quais as temáticas que atendendo à dinâmica social gostaria de sugerir no âmbito da prevenção da delinquência juvenil?”

Quando questionados sobre temáticas que gostariam de sugerir numa futura abordagem pelas EPES na prevenção da delinquência, 25,81% (n=8) dos participantes não indicam sugestões, 74,19% dos participantes (n= 23) sugeriram a abordagem das temáticas (Figura 15): drogas, *bullying* e *cyberbullying* 21,28% (n=10); violência (namoro, entre pares e responsabilidades legais, física e moral) 19,15% (n=9); cidadania e não discriminação 19,15% (n=9); e, - a utilização segura das novas tecnologias 12,77% (n=6).

Figura 15

Sugestões de Temáticas que Gostariam de ver abordadas para a Prevenção da Delinquência Juvenil

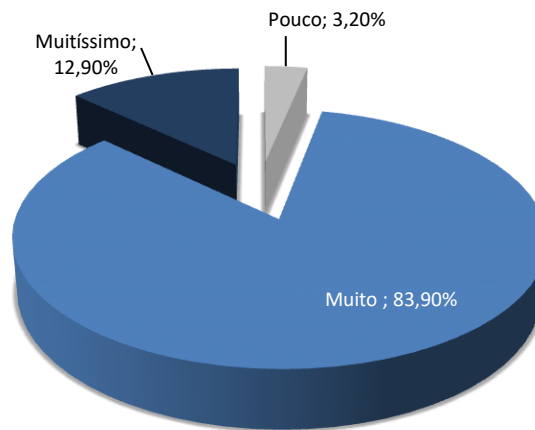


Questão 13 - “A colaboração das EPES tem contribuído para a resolução de ocorrências relacionadas com Delinquência Juvenil?”

No que diz respeito ao contributo das EPES na resolução das ocorrências relacionadas com a delinquência juvenil, 83,9% (n= 26) dos participantes consideram que estes profissionais têm ajudado muito, 12,9% (n= 4) muitíssimo e apenas 3,2% (n=1) considera pouca a contribuição prestada (Figura 16).

Figura 16

Contribuição das EPES na Resolução de Ocorrências relacionadas com Delinquência Juvenil



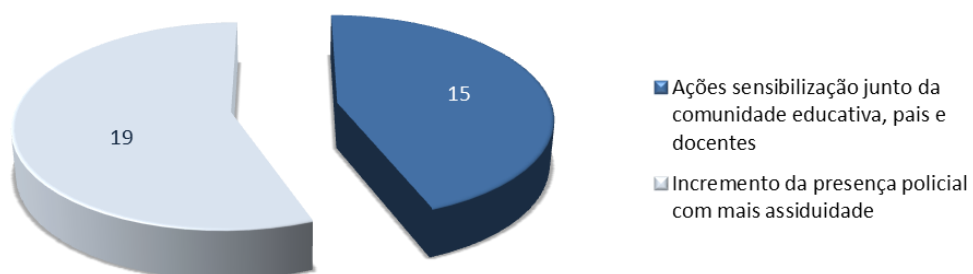
Questão 14 - “Indique sugestões que possam ser aplicadas no futuro no âmbito do Programa Escola Segura”.

Quando questionados sobre temáticas que gostariam de ver aplicadas no futuro no âmbito do Programa Escola Segura, 16,13% (n=5) dos participantes não indicam sugestões, 83,87% dos participantes apresentam sugestões (n=26): - incremento da presença policial, quer junto à escola, quer nas suas imediações 73,08% (n=19); e, - aumento das ações de sensibilização grupal junto da comunidade educativa, pais e docentes 57,7% (n=15) (Figura 17).

A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipas do Programa Escola Segura: contributos para a prevenção da Delinquência Juvenil em ambiente escolar

Figura 17

Sugestões de Ações Futuras no âmbito do PES



CONCLUSÕES

A prevenção da Delinquência Juvenil é uma preocupação atual partilhada por toda a sociedade. Uma intervenção precoce nesta problemática é fulcral, sendo necessário prevenir e reinserir o jovem na sociedade para que tais comportamentos (delinquentes) não progridam para a vida adulta. Neste sentido, os contributos dos Polícias no âmbito da sua missão revelam-se essenciais.

Assim, tendo como pressuposto a pergunta de partida formulada, procedeu-se a uma articulação com os conceitos estudados na revisão da literatura, as hipóteses enunciadas e os dados recolhidos e analisados, para “Compreender a relevância atribuída pelas Instituições Escolares à Ação e Intervenção das Equipas do Programa Escola Segura e o seu contributo para a prevenção da Delinquência Juvenil”.

Articulados os conceitos com base no objetivo geral, procedeu-se à identificação das ações e intervenções desenvolvidas pelas EPES junto das Instituições Escolares, revestidas de grande polivalência e multidimensionalidade.

No âmbito da verificação das hipóteses, concluímos que a Hipótese 1 considera-se confirmada, uma vez que os dados recolhidos nas questões 3, 4, 5 indicaram que a maioria dos participantes considerou o seu papel importantíssimo (77,4%), sendo o grau de satisfação com a prestação dos seus serviços muito satisfatória (51,6%). Salienta-se ainda que a interação estabelecida entre as equipas e os alunos foi destacada como importantíssima (54,8%).

Os dados recolhidos, reportaram a relevância do papel dos Polícias que integram as EPES, o que traduz a valorização da sua atividade, e, simultaneamente reflete-se nos resultados da Organização, pois tal como salienta Durão (2008, p.65) «A Organização é observada nos quotidianos.».

A Hipótese 2 foi igualmente confirmada, o estudo permitiu apurar (questão 6 e 7), que os participantes (100%) consideram que as ações desenvolvidas pelas EPES estão enquadradas e acompanham os fenómenos atuais e correspondem às expectativas das Instituições Escolares (64,5%).

No que concerne à Hipótese 3, considera-se confirmada, de acordo com as respostas às questões 8, 9,10,13. Os resultados obtidos permitem identificar as temáticas consideradas como mais relevantes no âmbito da prevenção da Delinquência Juvenil,

nomeadamente, *Bullying* e Violência no Namoro (80,6%), *Cyberbullying* (71%) e a utilização segura de Novas Tecnologias (77,4%), as quais já foram abordadas nas Ações de Sensibilização Grupal no decorrer dos anos letivos em estudo.

O estudo identificou como outras intervenções efetuadas nas Escolas, no âmbito da prevenção da Delinquência Juvenil: o Policiamento junto à entrada das escolas (80,6%); Policiamento nas imediações (67%); Palestras (61,3%) e Demonstrações (19,4%), o que nos proporcionou uma imagem da atividade policial nesta vertente.

Relativamente ao impacto das ações/intervenções desenvolvidas para a prevenção da delinquência, questão 10, foi considerado pela maioria dos participantes como tendo muito impacto (64,5%). Não sendo possível a resolução do problema perverso subjacente, pela sua amplitude, o contributo destas ações tem um impacto muito significativo junto da comunidade escolar.

No que concerne aos problemas que se têm levantado com mais frequência nas escolas destacam-se as Injúrias/Ameaças (83%) e as agressões (74%), conforme realçado na questão 11.

A questão 13 enfatiza a colaboração prestada na resolução das ocorrências, referindo-se que têm contribuído muito (83,9%), muitíssimo (12,9%) e pouco (3,2%), pelo que, consideramos a hipótese 3 validada.

As Instituições Escolares indicaram como sugestões no âmbito da prevenção da Delinquência Juvenil, questão 12, a abordagem de temáticas relacionadas com Drogas, *Bullying* e *Cyberbullying* (21,28%); cidadania e não discriminação (19,15%); violência (19,15%) e a utilização segura de Novas Tecnologias (12,77%) o que nos transmite uma visão das necessidades sentidas pela comunidade escolar. Quanto aos fenómenos como o *bullying/ciberbullyng* e utilização segura de Novas Tecnologias, sublinha-se a recente Lei nº.27/2021, de 17 de maio que aprova a Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital que poderá consubstanciar conteúdos das ações mais relacionados com a Era Digital.

No âmbito das sugestões para a melhoria do PES, a questão 14 alerta para um incremento da presença policial, quer junto à escola, quer nas imediações (73,08 %) e um aumento das ações de Sensibilização Grupal (57,7%). Nesta perspetiva, tal como aborda Born (2005, p.22), «*O processo de socialização age ao longo de toda a vida, mas é*

particularmente importante durante a infância e sobretudo durante a adolescência» pelo que se certifica a pertinência deste contributo.

Voltando à questão de partida do presente estudo - “Qual a relevância atribuída pelas Instituições Escolares ao papel e contributo das Ações/Intervenções para a prevenção da Delinquência Juvenil” - com base nos dados apresentados, podemos aferir relevância significativa para a prevenção da Delinquência Juvenil. Esta resposta traduz o envolvimento das EPES nas tarefas que desempenham, o seu empenhamento e o sentido de responsabilidade. O reconhecimento do trabalho desenvolvido constitui um estímulo pessoal/profissional para o indivíduo em si que, por sua vez, se reflete no reconhecimento da Organização, pois tal como refere Poiães (2013; p.53), *“Parafraseando Artur Perrusi, a responsabilidade vincula o profissional ao objeto do seu trabalho, mesmo se o produto final de sua atividade não lhe pertence”*.

Este estudo pretendeu dar uma humilde contribuição a partir da auscultação do público a quem se direciona a atividade das EPES: saber o que pensam do seu papel e ação, como interlocutores principais e compreender a importância dos seus contributos no sentido de permitir uma visão estratégica e orientada para a comunidade escolar.

O desenvolvimento de estudos científicos nestas matérias decerto constituirá uma mais-valia.

Considerando ainda a preocupação manifestada pelas Instituições Escolares, relativa à necessidade de maior número de ações de sensibilização conforme atestam os resultados obtidos, as mesmas devem ser efetuadas *online*, numa plataforma *E-learning*, o que permitirá a abrangência de um maior número de escolas, com menor afetação de recursos humanos e materiais da PSP, tornando-se desta forma mais eficiente e eficaz.

Face à diferença verificada entre as ocorrências percecionadas e as registadas, poderíamos equacionar a criação de um «portal específico de queixa» ou associação ao portal de queixa eletrónica já existente. Este portal nas condições atrás mencionadas poderia chamar-se, por exemplo, «queixa para uma escola segura» e destinado aos jovens, que por receio ou medo de represálias não denunciasses situações criminais de forma anónima, que nos podem guiar a novas políticas a nível de segurança, educação, saúde, solidariedade social e justiça o que decerto nos iria permitir ter um conhecimento das

escolas mais problemáticas, para as quais orientaríamos com mais assiduidade a nossa ação.

Por fim, dar continuidade aos estudos de satisfação, aplicados a públicos específicos, no sentido proceder a avaliações sistemáticas da ação que é desenvolvida, para que, no caso de lacunas ou problemas, estes possam ser rapidamente colmatados, visando o fim último da modernização dos serviços desempenhados.

Apenas será possível a redução da criminalidade adulta quanto maior for a intervenção precoce e atempada na delinquência Juvenil.

BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS

- Almeida, L., & Freire, T. (2000). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilibrios.
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Climepsi, Editores
- Campos, B. (1990). *Psicologia do Desenvolvimento e Educação de Jovens (Vol. II)*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Campenhoudt, L. V., Marquet, J., & Quivy, R. (2017). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Carvalho & Gomide, (2005). Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia*, 22 (3), 263-275. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2005000300005>
- Carvalho, M. (2000). Violência urbana e juventude: o problema da delinquência juvenil. *Infância e Juventude*, 3, 27-47.
- Costa, M. & Vale, D. (1998). *A violência nas escolas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. URL <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/21743>
- Durão, S. (2008). *Patrulha e Proximidade – Uma Etnografia da Polícia em Lisboa*. Coimbra. Editora: Almedina.
- Ferreira, P. (1997). Delinquência Juvenil, família e escola. *Análise social* 32 (143): 913-924. <https://www.jstor.org/stable/41011294>
- Gallo, A. E. & Williams, L.C.A. (2008). A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*, 38 (133), 41-59. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742008000100003>
- Machado, C. (2004). *Crime e Insegurança: discursos do medo, imagens do outro*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Negreiros, J. (2008). *Delinquências Juvenis – Trajectórias, Intervenções e Prevenção*. Porto: Legis Editora.
- Oliveira, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra, Almedina.

- Poiares, N. (2013). *Mudar a polícia ou mudar os polícias?: O Papel da PSP na sociedade portuguesa*. Lousã. Editor: Horácio Periquito. Coleção: Portugal + Seguro.
- Priuli & Moraes, (2007). Adolescentes em conflito com a lei. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12 (5), 1185-1192. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000500015>
- Reis, F. (2010). Como Elaborar uma Dissertação de Mestrado Segundo Bolonha. Lisboa: Pactor.
- Silva, D. e Hutz, C. (2002). Abuso Infantil e Comportamento Delinquente na Adolescência: Prevenção e Intervenção. In Hutz, C. (org.). *Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e na Adolescência: Aspectos Teóricos e Estratégias de Intervenção*. Brasil: Casa do Psicólogo Livraria e Editora.

Teses e Dissertações

- Carvalho, H. (2014). *Percepções acerca do impacto do desporto escolar na delinquência juvenil*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica Portuguesa: Faculdade de Educação e Psicologia, Porto. <https://repositorio.ucp.pt>
- Carvalho, M. (2010). *Do outro lado da cidade – Crianças, Socialização e delinquência em bairros de realojamento*. (Dissertação de Doutoramento). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/6132>
- Chitas, V. (2010). *Consumo de drogas e outros comportamentos de risco na adolescência: factores de risco e factores de protecção*. (Tese de Doutoramento em Psicologia). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/96439>
- Lemos, I. (2007). *Família, Psicopatologia e Resiliência na Adolescência: do risco psicossocial ao percurso delinquente*. (Tese de Doutoramento). Faculdade de ciências humanas e sociais: Universidade do Algarve, Faro. <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/1643/1/TES%20LEMO1.pdf>
- Pral, C. (2007). *Oportunidade e Risco: Suporte social e factores psicossociais associados ao fenómeno da delinquência juvenil*. (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. <http://hdl.handle.net/10400.12/824>

Legislação

Código Penal (2017). Código Penal, 8ª. Edição. Coimbra: Almedina

Despacho nº 8927/2017 do Ministério da Administração Interna e Ministério da Educação (2017). Regulamento do Programa Escola Segura. Diário da República: II Série, nº 195. <https://dre.pt/home/-/dre/108275627>

Diretiva Estratégica n.º 10/2006, do DN/PSP (2006) – Programa Integrado de Policiamento de Proximidade na PSP (PIPP)

Portaria nº 1593/2007, de 17 de dezembro, Ministério da Administração Interna. Diário da República 242, Série I de 2007-12-17

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro de 1986. Diário da República n.º 237/1986, Série I. Lei de Bases do Sistema Educativo.

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro de 1999. Alteração: Lei n.º 26/2018, de 05/07. Diário da República, n.º 204, Série I-A (Lei de Proteção de crianças e jovens em perigo). <https://data.dre.pt/eli/lei/147/1999/9/1/p/dre/pt/html>

Lei n.º 166/99, de 14 de setembro de 1999. Alteração: Lei n.º 4/2015, de 15/01. Diário da República, n.º 215, Série I-A (Lei Tutelar Educativa). <https://data.dre.pt/eli/lei/166/1999/p/cons/20150303/pt/html>

Lei nº 51/2012, de 5 de setembro 2012. Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar. Diário da República n.º 172/2012, Série I. <https://data.dre.pt/eli/lei/51/2012/9/5/p/dre/pt/html>

Lei nº 27/2021, de 17 de maio 2021. Diário da República, nº 95, Série 1 (Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital).

A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipas do Programa Escola Segura: contributos para a prevenção da Delinquência Juvenil em ambiente escolar

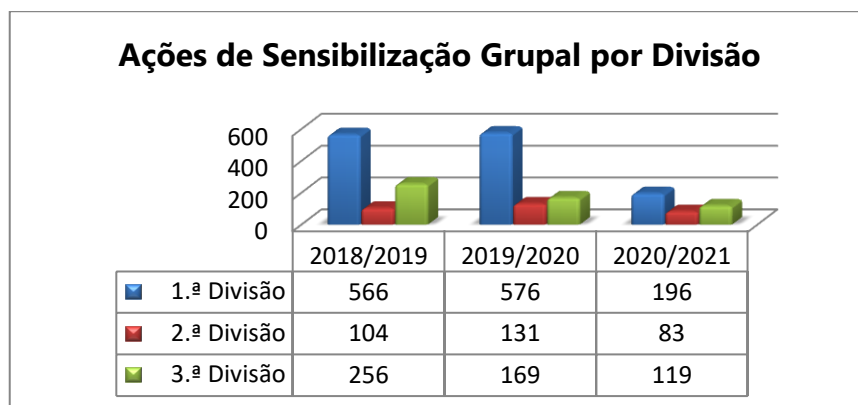
ANEXOS

A informação estatística constante destes Anexos, relativa à atividade das EPES, no período compreendido entre 2018 a 2021, foi disponibilizada para efeitos deste estudo, pelo Comando Metropolitano da PSP do Porto.

Anexo A – Figuras

Figura 1

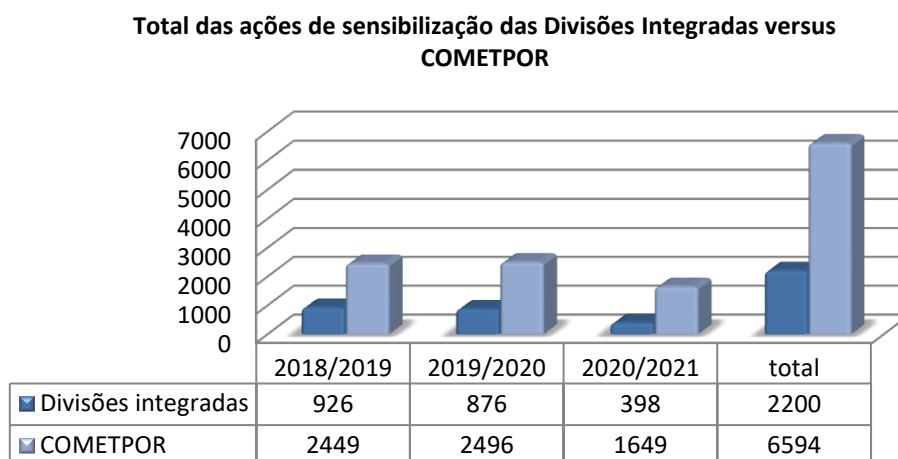
Ações de Sensibilização Grupal Realizadas pelas EPES nos Anos Letivos Assinalados.



Nota. Fonte: NO/ COMETPOR (Elaboração própria)

Figura 2

Ações de Sensibilização Grupal Realizadas pelas EPES nos Anos Letivos Assinalados versus total de ações realizadas no COMETPOR.

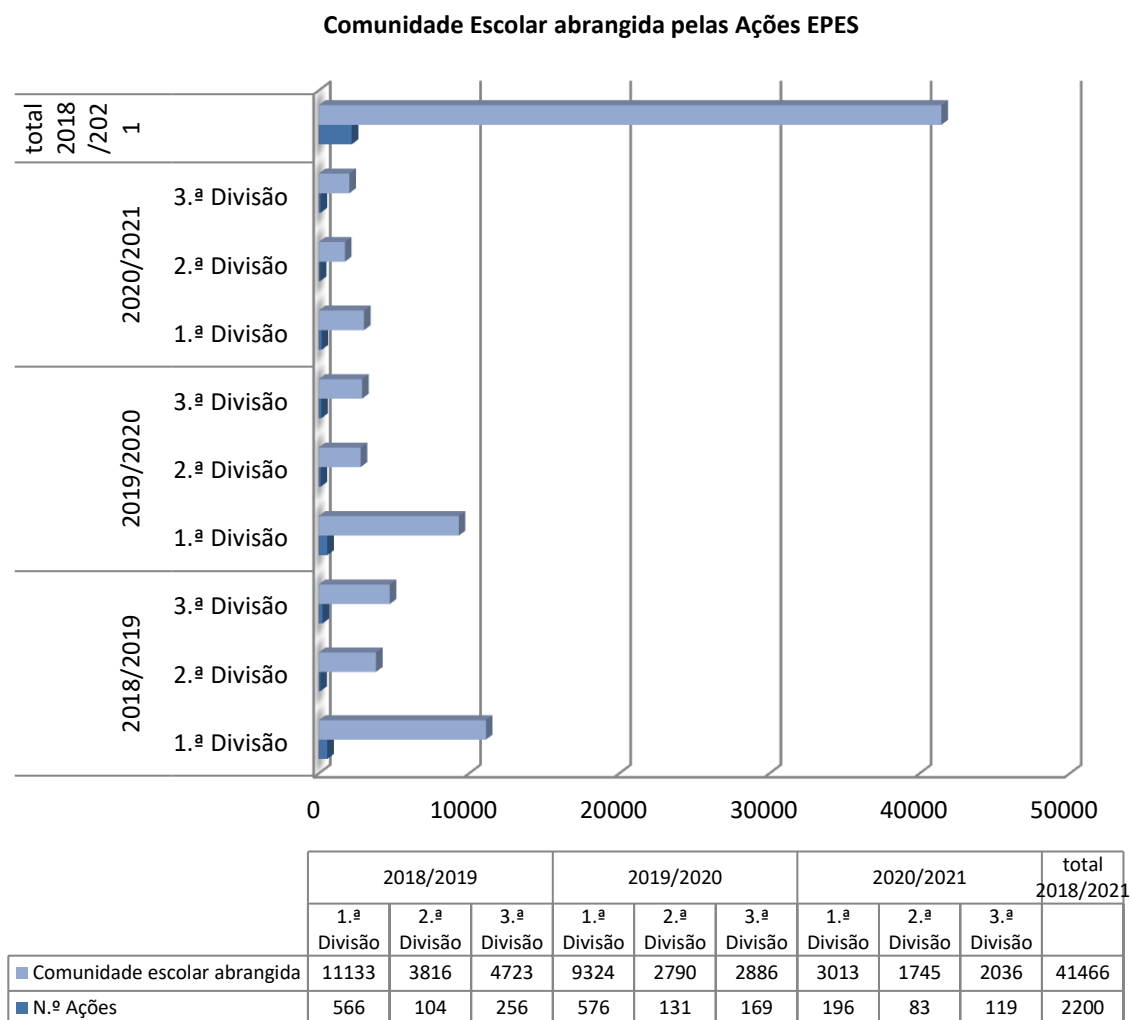


Nota. Fonte: NO/ COMETPOR (Elaboração própria)

A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipes do Programa Escola Segura: contributos para a prevenção da Delinquência Juvenil em ambiente escolar

Figura 3

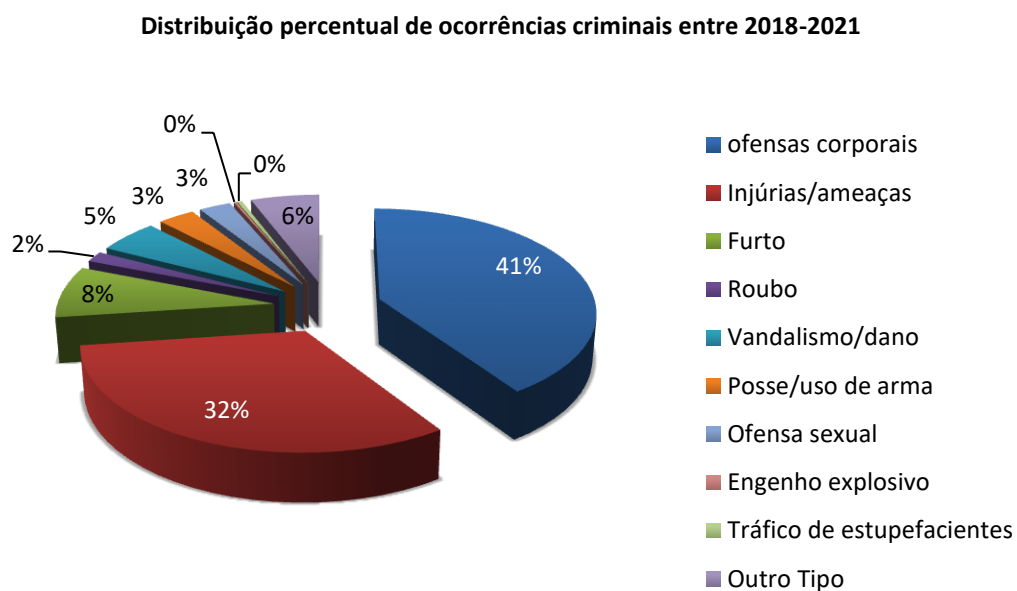
Comunidade Escolar Abrangida pelas Ações Sensibilização Grupal EPES.



Nota. Fonte: NO/COMETPOR (Elaboração própria)

Figura 4

Registo de Ocorrências Criminais Registadas pelas EPES.



Nota. Fonte: NO/COMETPOR (Elaboração própria) Ocorrências registadas nos anos considerados em termos percentuais.

A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipas do Programa Escola Segura: contributos para a prevenção da Delinquência Juvenil em ambiente escolar

Anexo B – Tabelas

Tabela 1

Ações de sensibilização efetuadas pelas EPES versus Temáticas Abordadas

TEMA	2018/ 2019	2019/ 2020	2020/ 2021	Total	Ações de sensibilização efetuadas pelas EPES mais direcionadas à comunidade educativa
Animais de companhia	1	15	0	16	
Autoproteção	4	24	24	52	
Bombas de carnaval	4	8	0	12	
Ciberbullying	22	15	23	60	60
Cidadania e não discriminação	0	85	0	85	
Delinquência Juvenil	0	5	0	5	5
Diálogo intercultural	16	38	0	54	
Direitos humanos	22	51	0	73	
Educação e proteção ambiental	18	15	9	42	
Igualdade de Género	22	55	0	77	77
Maus-tratos	0	14	0	14	14
O papel da GNR/PSP	23	6	2	31	
Ofensas sexuais	0	15	0	15	15
Prevenção e segurança rodoviária	0	64	0	64	
Segurança infantil	156	38	43	237	237
Prevenção da Radicalização (terrorismo)	1	0	0	1	
Prevenção criminal geral	18	9	9	36	36
Prevenção do consumo de álcool	47	0	35	82	
Prevenção do consumo de drogas	43	0	35	78	78
Prevenção e segurança rodoviária	110	62	60	232	
Utilização segura das novas tecnologias (telemóvel, internet)	107	64	15	186	186
Violência doméstica	17	26	0	43	
Violência entre pares (ex: Bullying)	97	111	66	274	
Violência na escola	3	2	0	5	5
Violência no namoro	63	49	0	112	112
Especificidades da promoção da segurança - Programa Escola Segura	30	53	17	100	100
Especificidades da promoção da segurança - Programa Violência doméstica	0	2	18	20	
Outra	102	50	42	194	
TOTAL	926	876	398	2200	925

Nota. Fonte: NO/COMETPOR (elaboração própria)

A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipas do Programa Escola Segura: contributos para a prevenção da Delinquência Juvenil em ambiente escolar

Tabela 2

Ações de Sensibilização versus Comunidade Escolar Abrangida

	2018/2019	2019/2020	2020/2021	Total
N.º Ações Sensibilização	926	876	398	2200
Comunidade escolar abrangida	19672	15000	6794	41 466

Nota. Fonte: NO/COMETPOR (elaboração própria)

Tabela 3

Números de Sinalizações/participações de crianças e jovens em perigo ou risco

Anos	2018	2019	2020	2021	Total
Fichas de Sinalização/Participações	110	133	79	64	386

Nota. Fonte: GQ/COMETPOR (elaboração própria)

Número de Fichas de sinalização para a prevenção criminal/participações efetuadas pelas Divisões Integradas do COMETPOR até setembro de 2021.

Tabela 4

Números de Contactos Individuais para a prevenção criminal

Anos	2018	2019	2020	2021	Total
Contactos Individuais	286	261	155	248	950

Nota. Fonte: GQ/COMETPOR (elaboração própria) Número de contactos individuais para a prevenção criminal efetuados pelas Divisões integradas do COMETPOR até setembro de 2021.

Anexo C – Tabelas de frequência e percentagens extraídas do *software* SPSS

Tabela 5

Distribuição dos participantes por idade

Idade		
N	Valid	31
	Missing	0
Mean		54,5484
Std. Deviation		7,18720
Minimum		39,00
Maximum		64,00

Nota. (elaboração própria)

Tabela 6

Distribuição dos participantes por género

		Género			Cumulative Percent
		Frequency	Percent	Valid Percent	
Valid	masculino	12	38,7	38,7	38,7
	feminino	19	61,3	61,3	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Nota. (elaboração própria)

Tabela 7

Questão 3 - Qual a importância que tem para a instituição escolar, o papel dos polícias afetos ao PES

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	muito importante	7	22,6	22,6	22,6
	importantíssimo	24	77,4	77,4	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Nota. (elaboração própria)

A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipas do Programa Escola Segura: contributos para a prevenção da Delinquência Juvenil em ambiente escolar

Tabela 8

Questão 4 - Como avalia o seu grau de satisfação com a prestação dos efetivos integrados no PES na resolução de problemas que surgem nas escolas?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	satisfeito	5	16,1	16,1	16,1
	muito satisfeito	16	51,6	51,6	67,7
	satisfeitíssimo	10	32,3	32,3	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Nota. (elaboração própria)

Tabela 9

Questão 5 - Qual a importância da interação estabelecida entre os polícias afetos ao PES e os alunos da escola?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	importante	2	6,5	6,5	6,5
	muito importante	12	38,7	38,7	45,2
	importantíssimo	17	54,8	54,8	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Nota. (elaboração própria)

Tabela 10

Questão 6 - As ações de sensibilização desenvolvidas encontram-se enquadradas e acompanham os fenómenos atuais?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	31	100,0	100,0	100,0

Nota. (elaboração própria)

A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipes do Programa Escola Segura: contributos para a prevenção da Delinquência Juvenil em ambiente escolar

Tabela 11

Questão 7 - Como avalia as ações de sensibilização efetuadas?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	satisfatórias	4	12,9	12,9	12,9
	muito satisfatórias	20	64,5	64,5	77,4
	totalmente satisfatórias	7	22,6	22,6	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Nota. (elaboração própria)

Tabelas 12 a 22

Questão 8 - Quais as ações desenvolvidas pelo efetivo adstrito ao PES que considera mais relevantes no âmbito da prevenção da delinquência juvenil em contexto escolar

Tabela 12

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		25	80,6	80,6	80,6
	Direitos humanos	6	19,4	19,4	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Tabela 13

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		6	19,4	19,4	19,4
	violência no namoro	25	80,6	80,6	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Tabela 14

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		20	64,5	64,5	64,5
	violência doméstica	11	35,5	35,5	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipes do Programa Escola Segura: contributos para a prevenção da Delinquência Juvenil em ambiente escolar

Tabela 15

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		25	80,6	80,6	80,6
	maus tratos	6	19,4	19,4	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Tabela 16

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		28	90,3	90,3	90,3
	ofensas sexuais	3	9,7	9,7	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Tabela 17

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		6	19,4	19,4	19,4
	bullying	25	80,6	80,6	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Tabela 18

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		9	29,0	29,0	29,0
	cyberbullying	22	71,0	71,0	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Tabela 19

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		24	77,4	77,4	77,4
	segurança infantil	7	22,6	22,6	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipas do Programa Escola Segura: contributos para a prevenção da Delinquência Juvenil em ambiente escolar

Tabela 20

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	7	22,6	22,6	22,6
utilização segura de novas tecnologias	24	77,4	77,4	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Tabela 21

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	21	67,7	67,7	67,7
cidadania e não discriminação	10	32,3	32,3	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Tabela 22

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	23	74,2	74,2	74,2
Igualdade de género	8	25,8	25,8	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Nota. (elaboração própria)

A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipes do Programa Escola Segura: contributos para a prevenção da Delinquência Juvenil em ambiente escolar

Tabelas 23 a 26

Questão 9 - Que outras intervenções efetuadas pelos polícias adstritos ao PES têm ocorrido na Instituição Escolar, no âmbito da prevenção da delinquência juvenil

Tabela 23

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	25	80,6	80,6	80,6
demonstrações	6	19,4	19,4	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Tabela 24

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	12	38,7	38,7	38,7
palestras	19	61,3	61,3	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Tabela 25

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	6	19,4	19,4	19,4
policimento junto às entradas das escolas	25	80,6	80,6	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Tabela 26

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	10	32,3	32,3	32,3
policimento nas imediações da escola	21	67,7	67,7	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Nota. (elaboração própria)

A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipes do Programa Escola Segura: contributos para a prevenção da Delinquência Juvenil em ambiente escolar

Tabela 27

Questão 10 - As ações/intervenções que têm sido desenvolvidas têm impacto relevante na comunidade escolar, em termos de incremento da prevenção da delinquência juvenil

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	pouco	4	12,9	12,9	12,9
	muito	20	64,5	64,5	77,4
	muitíssimo	7	22,6	22,6	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Nota. (elaboração própria)

Tabelas 28 a 32

Questão 11 - Indique os problemas que se têm levantado com mais frequência no contexto escolar relacionados com delinquência juvenil

Tabela 28

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		5	16,1	16,1	16,1
	injúrias e ameaças	26	83,9	83,9	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Tabela 29

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		8	25,8	25,8	25,8
	agressões	23	74,2	74,2	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Tabela 30

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		24	77,4	77,4	77,4
	vandalismo/dano	7	22,6	22,6	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipes do Programa Escola Segura: contributos para a prevenção da Delinquência Juvenil em ambiente escolar

Tabela 31

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	29	93,5	93,5	93,5
estupefacientes	2	6,5	6,5	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Tabela 32

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	24	77,4	77,4	77,4
furto	7	22,6	22,6	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Nota. (elaboração própria)

A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipes do Programa Escola Segura: contributos para a prevenção da Delinquência Juvenil em ambiente escolar

Tabelas 33 a 35

Questão 12 - Relativamente às ações empreendidas no âmbito do PES quais as temáticas que atendendo à dinâmica social gostaria de sugerir no âmbito da Prevenção da Delinquência

Tabela 33

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ações sobre drogas e cyberbullying	1	3,2	3,2	3,2
	Aplicação da lei tutelar educativa	1	3,2	3,2	6,5
	As sessões de sensibilização não poderão ser pontuais no ano escolar, devem ser regulares	1	3,2	3,2	9,7
	Bullying	1	3,2	3,2	12,9
	bullying e cyberbullying	1	3,2	3,2	16,1
	Bullying e cyberbullying	1	3,2	3,2	19,4
	Cidadania e não discriminação	3	9,7	9,7	29,0
	Comportamentos aditivos	1	3,2	3,2	32,3
	Direitos e deveres dos cidadãos	1	3,2	3,2	35,5
	Estratégias de intervenção social com vista à mudança e prevenção de comportamentos desviantes	1	3,2	3,2	38,7
	Nada a sugerir	8	25,8	25,8	64,5
	O papel dos pais na prevenção da delinquência	1	3,2	3,2	67,7
	Policimento de proximidade junto das instalações mais regular	1	3,2	3,2	71,0
	prevenção do comportamento suicida	1	3,2	3,2	74,2
	Relacionamento entre pares	1	3,2	3,2	77,4
	Saúde mental versus violência nos comportamentos	1	3,2	3,2	80,6
	Utilização segura das novas tecnologias	2	6,5	6,5	87,1
	Violência entre pares e responsabilidades legais	2	6,5	6,5	93,5
	Violência física e moral	1	3,2	3,2	96,8
	Violência no namoro	1	3,2	3,2	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipes do Programa Escola Segura: contributos para a prevenção da Delinquência Juvenil em ambiente escolar

Tabela 34

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	17	54,8	54,8	54,8
Bullying	1	3,2	3,2	58,1
Consequências legais da delinquência	1	3,2	3,2	61,3
Cyberbullying	1	3,2	3,2	64,5
Cyberbullying e bullying	3	9,7	9,7	74,2
Igualdade de género	1	3,2	3,2	77,4
Racismo e xenofobia	1	3,2	3,2	80,6
Relações sociais no contexto escolar e	1	3,2	3,2	83,9
Respeito pelas diferenças	1	3,2	3,2	87,1
Sessões de sensibilização sobre bullying e cyberbullying	1	3,2	3,2	90,3
utilização honesta das redes sociais	1	3,2	3,2	93,5
Violência	1	3,2	3,2	96,8
Violência entre pares	1	3,2	3,2	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Tabela 35

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	21	67,7	67,7	67,7
comportamento cívico	1	3,2	3,2	71,0
comportamentos desviantes	1	3,2	3,2	74,2
Consumo de álcool e substâncias aditivas	1	3,2	3,2	77,4
homofobia	1	3,2	3,2	80,6
Igualdade de género	1	3,2	3,2	83,9
Plataformas de comunicação	1	3,2	3,2	87,1
Utilização das novas tecnologias	2	6,5	6,5	93,5
Violência no namoro	2	6,5	6,5	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Nota. (elaboração própria)

A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipes do Programa Escola Segura: contributos para a prevenção da Delinquência Juvenil em ambiente escolar

Tabela 36

Questão 13 - A colaboração dos agentes tem contribuído para a resolução das ocorrências relacionadas com a delinquência juvenil

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	pouco	1	3,2	3,2	3,2
	muito	26	83,9	83,9	87,1
	muitíssimo	4	12,9	12,9	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Nota. (elaboração própria)

Tabelas 37 a 39

Questão 14 - Indique sugestões que possam ser aplicadas no futuro no âmbito do PES.

A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipas do Programa Escola Segura: contributos
para a prevenção da Delinquência Juvenil em ambiente escolar

Tabela 37

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	4	12,9	12,9	12,9
Ações junto da comunidade educativa, pais e docentes	1	3,2	3,2	16,1
Aumentar o número de atividades com os alunos	1	3,2	3,2	19,4
Aumento dos efetivos da Escola Segura	1	3,2	3,2	22,6
Cyberbullying	1	3,2	3,2	25,8
Cyberbullying e bullying	1	3,2	3,2	29,0
Incremento da presença policial com mais assiduidade	1	3,2	3,2	32,3
Maior frequência de visita ao interior e exterior e imediações da escola	1	3,2	3,2	35,5
Maior frequência nas idas à escola	1	3,2	3,2	38,7
Maior proximidade com escolas e com alunos	1	3,2	3,2	41,9
Mais palestras durante o ano	1	3,2	3,2	45,2
Mais presença policial na escola	1	3,2	3,2	48,4
manter as ações de proximidade	1	3,2	3,2	51,6
Mais policiamento nas entradas e saídas das escolas	1	3,2	3,2	54,8
Mostrar como a segurança é um direito	1	3,2	3,2	58,1
Nada a sugerir	5	16,1	16,1	74,2
Participação dos encarregados de educação em ações específicas de sensibilização	1	3,2	3,2	77,4
Policiamento junto às entradas das escolas	2	6,5	6,5	83,9
Policiamento mais frequente junto à escola	1	3,2	3,2	87,1
Reforço da vigilância no exterior das escolas	1	3,2	3,2	90,3
Reforço do policiamento junto das imediações da escola	2	6,5	6,5	96,8
Vigilância mais próxima do exterior	1	3,2	3,2	100,0
Total	31	100,0	100,0	

A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipes do Programa Escola Segura: contributos para a prevenção da Delinquência Juvenil em ambiente escolar

Tabela 38

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	23	74,2	74,2	74,2
Ações de formação mais frequentes para os alunos	1	3,2	3,2	77,4
Mais ações palestras interventivas junto dos alunos	1	3,2	3,2	80,6
Pontualmente verificar os recreios	1	3,2	3,2	83,9
Realização de atividades nas escolas	1	3,2	3,2	87,1
Reforço das ações junto da comunidade escolar	1	3,2	3,2	90,3
Violência no namoro	2	6,5	6,5	96,8
Visitas informais; dentro da escola e frente das mesmas	1	3,2	3,2	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Tabela 39

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	27	87,1	87,1	87,1
Ações de formação para os encarregados de educação, mais frequentes	1	3,2	3,2	90,3
Colocação permanente de agentes, sempre que o diagnóstico assim o justifique	1	3,2	3,2	93,5
Identificar os alunos mais problemáticos	1	3,2	3,2	96,8
Utilização segura das novas tecnologias	1	3,2	3,2	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Nota. (elaboração própria)

A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipas do Programa Escola Segura: contributos para a prevenção da Delinquência Juvenil em ambiente escolar

APÊNDICES

A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipas do Programa Escola Segura: contributos para a prevenção da Delinquência Juvenil em ambiente escolar

Apêndice A – Declaração – 4º Curso de Comando e Direção Policial



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS
E
SEGURANÇA INTERNA

4º Curso de Comando e Direção Policial

DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos, declara-se que a Comissário n.º 136856, Maria Moutinho, se encontra a frequentar o 4º Curso de Comando e Direção Policial (CCDP) no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e que para efeitos da elaboração do Trabalho Individual Final (TIF), poderá ter a necessidade de contactar entidades externas à Polícia de Segurança Pública, para obtenção de dados e informação.

O DIRETOR



José Carlos Bastos Leitão
SUPERINTENDENTE

Apêndice B - Carta de Apresentação

Carta de Apresentação

(Nome e Cargo), encontro-me a frequentar o 4º. Curso de Comando e Direção Policial (CCDP), no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e para efeitos da elaboração do Trabalho Individual Final (TIF), solicita a V. Exa colaboração, atendendo à necessidade de efetuar questionários no âmbito do Tema do meu trabalho: “ A Ação e intervenção dos Polícias que integram as equipas do Programa Escola Segura: para a prevenção da delinquência juvenil em ambiente escolar.”

O presente trabalho visa compreender a relevância da Ação dos Polícias afetos ao programa Escola Segura na Implementação das medidas inerentes ao Programa Escola Segura, para a prevenção da Delinquência Juvenil em contexto escolar. No âmbito das Ações de sensibilização desenvolvidas ou outras intervenções.

A seleção da amostra teve por base as Direções dos Agrupamentos das Escolas EB2/3 e Escolas respetivas, para recolha da informação necessária à persecução do Estudo em referência.

Face ao exposto, solicito a sua colaboração no preenchimento do questionário que anexo, considerando que o seu contributo é fundamental para a realização do meu Trabalho Individual.

Grata pela Colaboração

Muito Atenciosamente

(Nome)

Comissário

Apêndice C – Termo de Consentimento Informado

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

No âmbito do Trabalho Individual Final do 4º. Curso de Comando e Direção Policial do Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna, em desenvolvimento de um estudo sobre «A Ação e Intervenção dos Polícias que integram as equipas do Programa Escola Segura: Contributos para a Prevenção da Delinquência Juvenil em Ambiente Escolar».

Face à presente problemática, solicito a sua colaboração no preenchimento de um breve questionário, com a duração aproximada de cerca de 15 minutos. É relevante que responda a todas as questões apresentadas, em caso de erro deverá riscar e proceder ao preenchimento do quadrado correspondente à resposta que deseja.

A sua colaboração é para mim da maior importância, tem carácter voluntário e todos os dados recolhidos são estritamente confidenciais e apenas utilizados para a elaboração do estudo assinalado.

Pelo que, fui informado dos objetivos do estudo, tendo-me sido explicado em que consistem e quais os seus benefícios para a comunidade científica.

Foi-me garantido que todos os dados relativos à identificação dos Participantes neste estudo são confidenciais e que será mantido o anonimato. Sei que posso recusar a participação no estudo ou interromper a qualquer momento a participação no mesmo, sem nenhum tipo de penalização por este facto.

Aceito participar de livre vontade. Autorizo igualmente a divulgação dos resultados obtidos no meio científico, garantindo o anonimato.

Participante no estudo.

Data

___/___/___

Assinatura

Obrigado pela sua colaboração

Apêndice D – Inquérito por questionário

Questionário

Instruções de preenchimento do questionário:

Este questionário enquadra-se no âmbito do Trabalho Individual Final do 4º. Curso de Comando e Direção Policial do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Os resultados obtidos serão apenas utilizados para fins académicos.

Leia atentamente cada questão. Por favor, responda a todas as questões de forma objetiva, leal e sincera, evitando tanto quanto possível as respostas neutras (não sabe/não se lembra; sem opinião).

Neste sentido, deverá selecionar com um ☒ cada questão apenas com uma resposta, ou seja, aquela que for mais de acordo com o que pensa. A sua colaboração é para nós da maior importância.

Todas as informações recolhidas são anónimas e estritamente confidenciais. Não deve colocar a sua identificação em qualquer parte do questionário.

Agrupamento_____

Escola_____

1. Idade____

2. Género: Masculino ☐ Feminino ☐

3. Qual a importância que tem para a instituição escolar, o papel dos Polícias afetos ao Programa Escola Segura?

☐ Nada Importante

☐ Pouco Importante

☐ Importante

☐ Muito Importante

☒ Importantíssimo

4- Como avalia o seu grau de satisfação com a prestação dos efetivos integrados no Programa Escola Segura na resolução dos problemas que surgem na escola?

- ☐ Muito insatisfeito
- ☐ Insatisfeito
- ☐ Satisfeito
- ☐ Muito satisfeito
- ☐ Satisfeitíssimo

5.Qual a importância da interação estabelecida entre os Polícias afetos ao Programa Escola Segura e os alunos da Escola?

- ☐ Nada Importante
- ☐ Pouco Importante
- ☐ Importante
- ☐ Muito Importante
- ☐ Importantíssima

6. As Ações de Sensibilização desenvolvidas encontram-se enquadradas e acompanham os fenómenos atuais?

- ☐ Sim
- ☐ Não

7. Como Avalia as Ações de sensibilização efetuadas?

- ☐ Nada satisfatórias
- ☐ Pouco satisfatórias
- ☐ Satisfatórias
- ☐ Muito satisfatórias
- ☐ Totalmente satisfatórias

8. Quais as Ações desenvolvidas pelo efetivo adstrito ao Programa Escola Segura (EPES) que considera mais relevantes no âmbito da prevenção da delinquência juvenil em contexto escolar? (pode seleccionar mais do que uma resposta)

- ☐ Direitos Humanos
- ☐ Violência no Namoro
- ☐ Violência doméstica
- ☐ Maus tratos
- ☐ Ofensas Sexuais
- ☐ Bullying
- ☐ -Cyberbullying
- ☐ Segurança Infantil
- ☐ Utilização Segura de novas Tecnologias
- ☐ Cidadania e não Discriminação
- ☐ Igualdade de Género

Outras _____

9. Que outras intervenções efetuadas pelos Policias adstritos ao Programa Escola Segura (EPES), têm ocorrido na Instituição Escolar, no âmbito da Prevenção da Delinquência Juvenil? (pode seleccionar mais do que uma resposta)

- ☐ Demonstrações
- ☐ Palestras
- ☐ Policiamento junto às entradas das escolas
- ☐ Policiamento nas imediações da escola
- ☐ Outras

10. As ações/ intervenções que têm sido desenvolvidas têm Impacto relevante na comunidade escolar, em termos de incremento da prevenção da Delinquência Juvenil?

- ☐ Muito pouco
- ☐ Pouco
- ☐ Nada
- ☐ Muito
- ☐ Muitíssimo

11. Indique os problemas que se têm levantado com mais frequência no contexto escolar relacionados com delinquência juvenil? (pode seleccionar mais do que uma resposta)

- ☐ Injúrias e Ameaças
- ☐ Agressões
- ☐ Vandalismo/dano
- ☐ Estupefacientes
- ☐ Ofensas Sexuais
- ☐ Furto

Outros

12. Relativamente às Ações empreendidas no âmbito da Escola Segura quais as temáticas que atendendo à dinâmica social gostaria de sugerir no âmbito da Prevenção da Delinquência:

1
2
3

13. A colaboração dos agentes tem contribuído para a resolução das ocorrências relacionadas com Delinquência Juvenil?

☐ Muito Pouco

☐ Pouco

☐ Nada

☐ Muito

☐ MUITÍSSIMO

14. Indique sugestões que possam ser aplicadas no futuro no âmbito da melhoria do Programa Escola Segura.

1
2
3

Obrigado pela sua Colaboração